

CARLA NUNES ALVES

Barreiras Atitudinais na Educação:

Informações Essenciais para Professores sobre a Inclusão
de Estudantes com Deficiências



Descrição da imagem: capa de livro colorida com ilustrações. No topo e na parte inferior da imagem, há faixas com blocos retangulares nas cores amarelo claro, laranja, bege e azul claro e novamente amarelo claro, laranja, bege e azul claro. No centro superior, está o nome da autora "CARLA NUNES ALVES" em letras maiúsculas pretas. Logo abaixo está o título em destaque: "Barreiras Atitudinais na Educação:" com subtítulo em laranja claro "Informações Essenciais para Professores sobre a Inclusão de Estudantes com Deficiências".

Na parte inferior central, há uma ilustração de três crianças: à esquerda, um menino de cabelo castanho usando blusa de manga comprida e calças, ambos na cor verde; ao seu lado, há um menino de moletom amarelo e calça azul, tem cabelos pretos, está com os braços erguidos expressando animação e usa uma cadeira de rodas; ao centro da imagem há dois personagens usando cadeira de rodas, o primeiro é um menino com blusa de frio listrada em azul e branco, e ao seu lado uma menina usando blusa de manga comprida na cor rosa, com cabelos na coloração castanha e amarrado em duas tranças laterais; à direita da imagem vemos uma menina em pé, com os braços para trás, usando um vestido na cor vermelha, cabelos curtos com tiara na cor vermelha; o último personagem da imagem, também localizado à direita, é um menino que encontra-se em pé, tem cabelos enrolados na coloração castanho escuro, usa um moletom amarelo e calça azul, está com a mão direita apoiada na menina de vestido vermelho, expressando acolhimento. A ilustração transmite diversidade e acolhimento.

Fonte da imagem: ferramenta de edição *Canva*.

A474 Alves, Carla Nunes

 Barreiras atitudinais na educação: informações essenciais para professores sobre a inclusão de estudantes com deficiências / Carla Nunes Alves. Ponta Grossa, 2025.

 41 f.

 Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientadora: Profa. Dra. Karen Ribeiro.

 1. Formação de professores. 2. Barreiras atitudinais. 3. Educação inclusiva. 4. Estudantes com deficiências. I. Ribeiro, Karen. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III.T.

CDD: 371.9



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA
MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE - PROFEI



Barreiras Atitudinais na Educação:

Informações Essenciais para Professores sobre a Inclusão de Estudantes com Deficiências

AUTORAS

CARLA NUNES ALVES

ORIENTADORA

PROF^a DR^a KAREN RIBEIRO

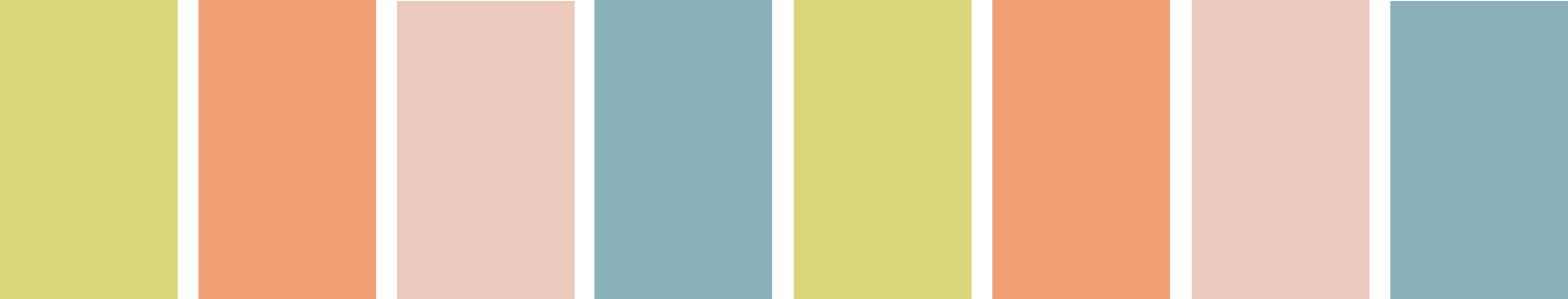
DIAGRAMAÇÃO

SARA MANDOLINI

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

BARREIRAS ATITUDINAIS NA EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE
ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS FRENTE A ESCOLARIZAÇÃO DOS
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Recurso educacional aberto apresentado como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação Inclusiva à Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, Linha de Pesquisa: práticas e processos formativos de educadores para educação inclusiva.

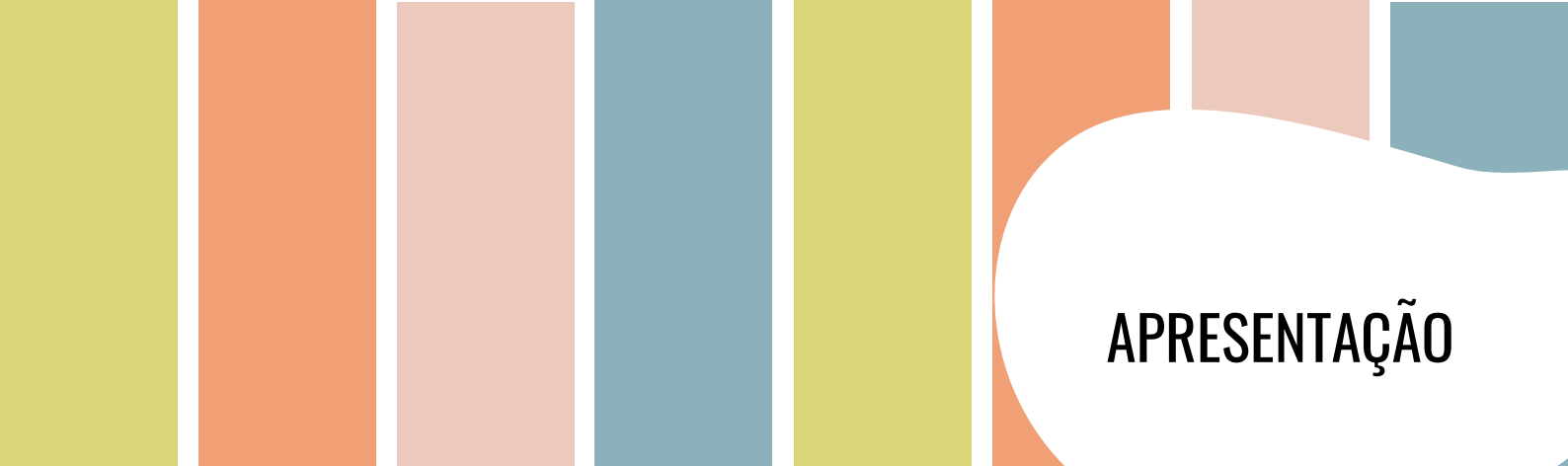


A AUTORA: CARLA NUNES ALVES

Possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Goiás (2011), especializada em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento, Faculdade Brasileira de Educação e Cultura - FABEC, 2013. Especialista em Atendimento Educacional Especializado com Ênfase no Atendimento Educacional Especializado (AEE) Faculdade Brasileira de Educação e Cultura - FABEC, 2011. É pedagoga da Prefeitura Municipal de Goiânia (2014), atuando desde 2021 na Sala de Recursos Multifuncionais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Atendimento Educacional Especializado. Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 2023) e vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem (Gep-ProA).

A ORIENTADORA: KAREN RIBEIRO

Possui graduação em Psicologia (bacharelado e formação de psicóloga) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1996), graduação em Pedagogia (2005), mestrado em Psicologia Social (2003) e doutorado em Educação (2011) pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora do Departamento de Educação e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Está na coordenação de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC) do curso de Psicologia (2025-), na vice-coordenadora de OTCC do curso de Pedagogia (2025-) e atua como membra do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) Equidade (2025-). Tem experiência no acompanhamento acadêmico de estudantes com deficiência na Educação Superior.



APRESENTAÇÃO

Este *e-book*, intitulado “Barreiras Atitudinais na Educação: Informações Essenciais para Professores sobre a Inclusão de Estudantes com Deficiências”, foi elaborado pensando na formação de professores(as) que trabalham com estudantes com deficiências na educação básica de nosso país. Sabemos que a escolarização é um desafio, mas que, quando enfrentado com conhecimento, pode ser transformado em uma rica oportunidade de aprendizado para todos.

Neste sentido, as barreiras atitudinais, muitas vezes enraizadas em preconceitos e crenças limitantes, podem dificultar o trabalho. Pensando nisso, oferecemos aqui um material fruto de resultados de pesquisa de mestrado do Programa Nacional de Educação Inclusiva em rede nacional (PROFEI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa com informações teóricas sobre os conceitos fundamentais relacionados às deficiências e transtornos, as legislações brasileiras pertinentes, capacitismo e preconceito.

Esses temas são importantes para entender como as barreiras atitudinais impactam a educação e a escolarização dos estudantes com deficiência. Assim, nosso objetivo é fornecer aos professores um guia que informe e inspire reflexão e ação ao apresentar conceitos chaves e suas implicações na prática docente, e esperamos capacitar os professores para superarem essas barreiras e promover uma prática pedagógica transformadora.

A construção deste material não seria possível sem as professoras participantes, que dedicaram seu tempo e compartilharam suas experiências e desafios. Foram suas participações que possibilitaram a elaboração deste *e-book*, por isso, agradecemos imensamente suas contribuições. Assim como, não podemos deixar de mencionar a importância da professora, pedagoga e mestranda do Profei Danieli Letícia Lenke que tem deficiência visual, e nos auxiliou com a revisão da descrição de imagem. Nosso muito obrigada. Finalizamos esta apresentação convidando a todos e todas para a construção de mais um aprendizado. Sejam bem-vindos à leitura do nosso *e-book*.

Carla Nunes Alves

GUIA DE LEITURA

Neste *e-book* vocês, leitores(as), poderão compreender aspectos básicos da Educação Inclusiva. Para tal, iniciamos apresentando marcos legais que fundamentam a Educação Inclusiva e posteriormente, compreender o que é a deficiência, desde os primórdios até seu entendimento nos dias atuais. Tais aspectos são primordiais para a compreensão da importância da Educação Inclusiva.

Em seguida, abordaremos os conceitos de capacitismo, barreiras atitudinais, mitos, preconceitos e estigmas. Conceitos primordiais para a compreensão das barreiras que os(as) professores(as) enfrentam em sala de aula. Destacamos, as barreiras, o impacto na educação e possibilidade de superá-las.

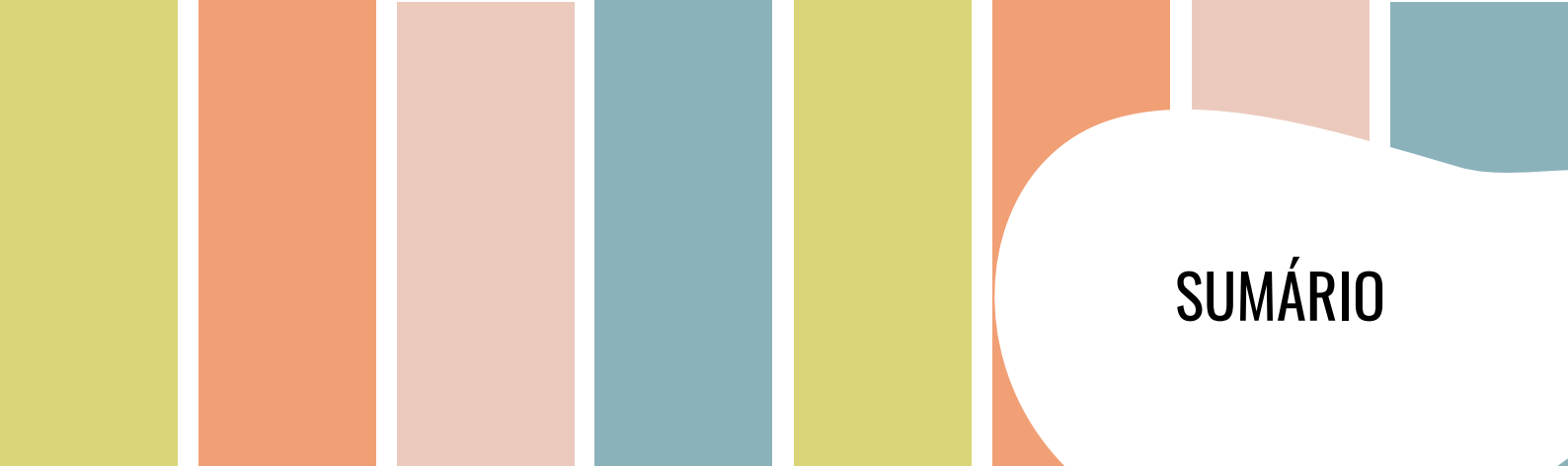
Ao final, apresentamos a importância de participar de eventos científicos para divulgação das experiências profissionais, estabelecimento de contato com demais profissionais da área e atualização de conhecimento. Compartilhar nossas experiências é enriquecedor e inspirador, foi dessa maneira, com a colaboração de professoras corajosas, que desenvolvemos este material.

Ao longo deste *e-book*, você encontrará recursos interativos para complementar seu conhecimento. É só clicar que será direcionado/a à página ou arquivo desejado. O sumário também é navegável: ao clicar em qualquer um dos seus itens, você será direcionado(a) à seção desejada, e para voltar ao sumário, é só clicar na numeração que encontra-se no canto inferior das páginas. Dessa forma, você, leitor(a), conseguirá navegar de maneira dinâmica pelo material.

Boa leitura!



Descrição da imagem: ilustração de uma pessoa sentada de pernas cruzadas, segurando um livro de capa rosa. A pessoa tem cabelos longos e escuros, veste uma blusa clara de mangas compridas e calça verde clara. Ao lado, está escrito: "Boa leitura!"



SUMÁRIO

1. Compreendendo os Conceitos Legais	09
Constituição de 1988 e seus artigos do direito à Educação	09
Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei Federal nº 13.146/2015	10
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	13
2. Compreendendo o que é Deficiência	15
O que é deficiência?	15
3. Capacitismo e Preconceito: crenças limitantes	21
O que é capacitismo?	21
Barreiras atitudinais, mitos, preconceitos e estigmas: o que são?	22
Família e Escola: estreitando laços	29
Barreiras atitudinais na Educação	30
4. Docência e Produção de Conhecimento: compartilhando experiências	36
Compartilhando Experiências no meio científico	36
Considerações Finais	42
Referências	43

Compreendendo os Conceito Legais

A compreensão das barreiras atitudinais na formação docente e na escolarização de estudantes com deficiência exige também o reconhecimento dos avanços e desafios presentes no campo legal brasileiro. Nas últimas décadas, o país tem consolidado uma série de normativas que garantem o direito à educação inclusiva e reafirmam a necessidade de eliminar barreiras que limitam a plena participação de pessoas com deficiência. Dessa forma, nas próximas páginas iremos abordar os conceitos legais com a intencionalidade de trazer à luz aspectos básicos da Educação Inclusiva.



Descrição da imagem: menino sentado no chão, brincando com peças de quebra-cabeça coloridas. Ele usa uma camiseta rosa e shorts vermelhos, está sorrindo e parece concentrado na atividade. As peças do quebra-cabeça têm cores verde, amarela, azul e vermelha. O fundo é branco e não há outros objetos na imagem.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SEUS ARTIGOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO

O marco inicial é a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que prevê o direito à igualdade das pessoas e nela há artigos e princípios fundamentais que garantem direitos iguais e o dever do estado de promover a participação plena na sociedade principalmente de pessoas com deficiência e grupos historicamente excluídos. Destaca-se:



ART. 1ª III – A Dignidade da pessoa humana.

ART 3º: Promover o bem de todos sem preconceitos de origem raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

ART. 205: A Educação, direito de todos e dever do estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



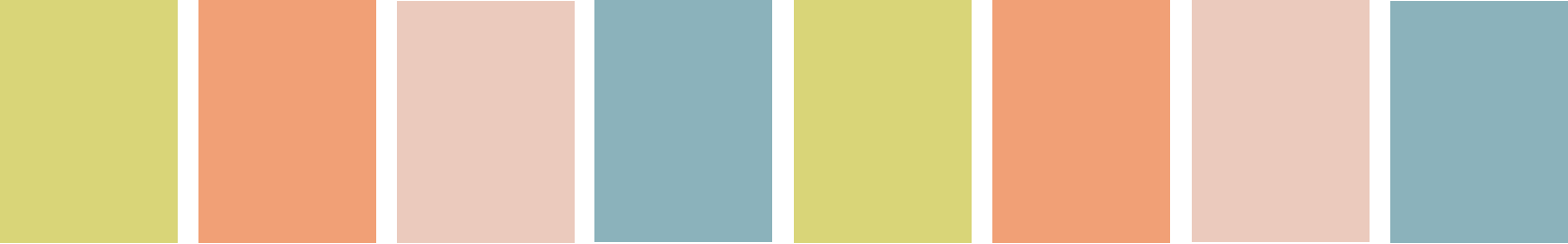
PARA SABER MAIS...

Clique aqui para ter acesso ao texto da **Constituição Federal 1988** em sua íntegra.



ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: LEI FEDERAL Nº 13.146/2015

A Lei Federal nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), destaca que incluir os estudantes com deficiência no ensino regular representa um avanço importante, visto que reconhece que todos têm o direito de aprender juntos em condições de igualdade e respeito às diferenças. Essa reflexão reforça a importância de superar concepções discriminatórias e construir práticas pedagógicas mais inclusivas.



Para compreender de forma mais aprofundada os princípios assegurados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, é fundamental analisar alguns de seus artigos, que explicitam os direitos educacionais e apontam para o compromisso do Estado, da família e da sociedade em garantir a inclusão escolar em sua dimensão plena.

Para facilitar a leitura e compreensão do leitor(a) alguns arquivos citados foram agrupados por blocos temáticos de acordo com os aspectos que os regulam à escolarização inclusiva

Princípios Gerais

O Art. 4º dispõe que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (Brasil, 2015). Já o Art. 27 estabelece que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (Brasil, 2015).

Esses artigos evidenciam que a inclusão escolar deve partir do princípio da igualdade, reconhecendo que a superação de barreiras atitudinais é tão importante quanto a eliminação de barreiras físicas ou pedagógicas.

Formação docente e prática pedagógicas

O Art. 28 determina que incumbe ao poder público assegurar, entre outras medidas, a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, bem como de professores do ensino regular capacitados para a inclusão escolar, aperfeiçoar os sistemas de ensino para garantir o acesso aos recursos de acessibilidade, além da “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores” (inciso X) (Brasil, 2015).

Esses dispositivos evidenciam que a inclusão não depende apenas da presença do aluno na escola, mas da qualidade da formação docente e da implementação de práticas pedagógicas que promovam equidade e respeito à diversidade.

Acessibilidade e permanência

O Art. 28 estabelece que incumbe aos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, assegurar condições de acessibilidade para todos os alunos, “adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento”, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência; (Brasil, 2015). Dessa forma, a inclusão educacional vai além do acesso físico à escola, envolvendo também a disponibilização de recursos pedagógicos e de tecnologias assistivas que garantam a permanência e participação efetiva dos estudantes com deficiência.

Responsabilidade compartilhada

Em seu parágrafo único do art. 28, prevê que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 2015).

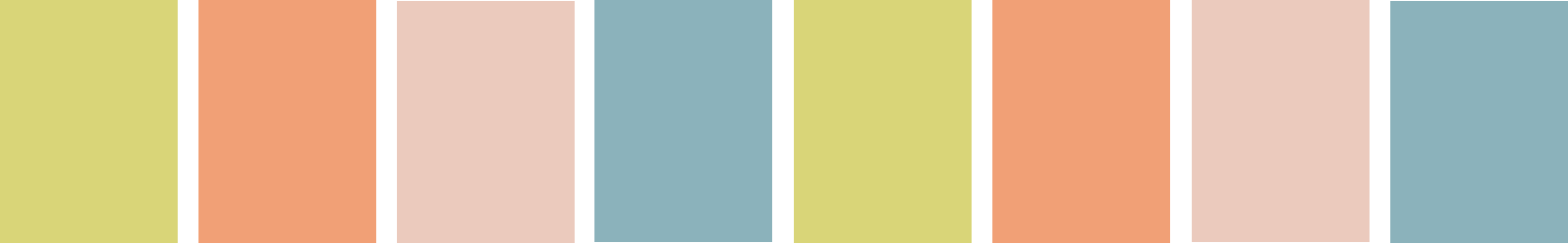
Este artigo destaca que a educação inclusiva é uma responsabilidade coletiva, exigindo comprometimento de todos os atores sociais para eliminar barreiras atitudinais e promover práticas pedagógicas inclusivas.



PARA SABER MAIS...

Clique aqui para ter acesso ao texto da **Lei Federal - 13.146/2015** em sua íntegra.





POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O documento das Políticas Nacionais da Perspectiva Inclusiva, menciona que:



O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

(Brasil, 2008, p. 5)

Entende-se que a Educação inclusiva não se restringe a uma simples inserção física de estudantes em classes comuns, mas envolve a garantia da participação efetiva e significativa, assegurando que todos tenham condições de aprender e se desenvolver sem qualquer tipo de discriminação. Nesse sentido, reforça-se que:



A inclusão escolar é implementação de práticas inclusivas eficazes exige um esforço coletivo para revisar e ajustar constantemente a estrutura e os métodos pedagógicos. Isso inclui a formação contínua dos educadores, o desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas e a criação de um ambiente escolar que promova o respeito e a colaboração entre todos os alunos.

(Nogueira; Silva; Nascimento, 2025, p. 8)

A política evidencia que a inclusão requer reorganização pedagógica, adoção de recursos de acessibilidade, formação contínua de docentes e compromisso da comunidade escolar, reforçando que é um processo dinâmico que articula dimensões pedagógicas, sociais, culturais e políticas. Além disso, as autoras afirmam que a inclusão escolar é compreendida como um processo amplo de transformação e reorganização das instituições educativas, de modo a assegurar que todos os estudantes, com suas diferentes particularidades, possam usufruir de forma equitativa das oportunidades de aprendizagem e de participação social que a escola oferece.



PARA SABER MAIS...

Clique aqui para ter acesso ao texto de **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva** em sua íntegra.



2

Compreendendo o que é Deficiência

O QUE É DEFICIÊNCIA?

Segundo Diniz (2007), no século XVIII a deficiência era entendida como um desvio em relação ao corpo considerado “normal”. Para isso, utilizava-se a representação do que era esse corpo padrão, e qualquer indivíduo nascido fora desse modelo era classificado como deficiente.

De acordo com a Lei Federal nº 13.146/2015:



Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(Brasil, 2015, art. 2º)

Além da LBI, outra formulação importante é a da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001), pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF):



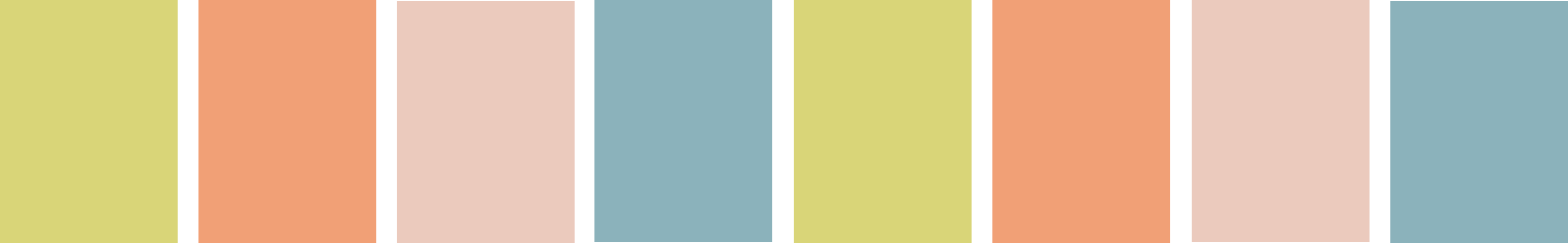
O modelo da CIF substitui o enfoque negativo da deficiência e da incapacidade por uma perspectiva positiva, considerando as atividades que um indivíduo que apresenta alterações de função e/ou da estrutura do corpo pode desempenhar, assim como sua participação social. A funcionalidade e a incapacidade dos indivíduos são determinadas pelo contexto ambiental onde as pessoas vivem.

(CIF, 2005, p. 1)

Essa definição mostra que a deficiência não é apenas um atributo da pessoa, mas algo que se configura a partir da interação com o meio. Assim, a ausência de acessibilidade, a discriminação ou a falta de recursos pedagógicos adequados são elementos que podem transformar uma limitação em barreira social.



Descrição da imagem: desenho de quatro crianças sentadas em carteiras escolares. Da esquerda para a direita: a primeira criança está lendo um livro; a segunda criança está em uma cadeira de rodas, com uma mão levantada como se estivesse respondendo a uma pergunta; a terceira criança está sentada com livros sobre a mesa, apoiando o queixo na mão, parecendo pensativa; a quarta criança está apoiada na mesa, escrevendo em um caderno. Todas parecem estar em sala de aula, demonstrando diversidade e inclusão.



Atualmente, a deficiência é compreendida como o resultado da interação entre as características individuais e as barreiras sociais, atitudinais e ambientais que limitam a plena participação da pessoa na sociedade (Brasil, 2015).



A deficiência pode apresentar diferentes graus e níveis de complexidade, de acordo com o tipo de lesão ocorrida e os segmentos corporais atingidos, os quais podem trazer complicações na mobilidade, coordenação motora, equilíbrio e realização das atividades da vida diária. A deficiência pode ser temporária, definitiva e/ou progressiva.

(Battistel, 2023, p. 223)

Isso significa que ela não deve ser reduzida a uma condição médica, mas entendida em um contexto mais amplo, que envolve a forma como a sociedade organiza seus espaços, práticas e relações.

O conceito de deficiência passou por importantes transformações ao longo da história, refletindo mudanças sociais, políticas e culturais. Durante muito tempo, a deficiência foi compreendida apenas a partir de um viés biológico ou clínico, no qual o sujeito era visto como uma pessoa com limitação a ser corrigida. No entanto, com o avanço das políticas públicas e dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, consolidaram-se novas perspectivas que ampliaram esse entendimento.

Modelo médico de deficiência

O modelo médico de deficiência, também chamado de modelo biomédico, compreende a deficiência principalmente como uma condição patológica ou um problema do indivíduo, que resulta de lesão, doença ou anomalia em seu corpo ou mente. Nessa perspectiva, a deficiência é vista como algo anormal, que deve ser diagnosticado, tratado, reabilitado ou corrigido por intervenções médicas e terapêuticas (Diniz, 2007). A deficiência era considerada um problema sendo causada por lesão, doença, anomalia ou transtorno.

O modelo médico, historicamente predominante, compreende a deficiência como um problema do indivíduo, localizado em sua estrutura ou funcionalidade corporal. A ênfase estava na cura, no tratamento e na reabilitação, buscando “normalizar” a pessoa para que se aproxime dos padrões considerados típicos Segundo Foresti e Bousfield (2022, p. 1):



O modelo médico da deficiência "apresenta a deficiência como responsabilidade individual, através da ênfase do corpo com lesão ou seu 'mau funcionamento', seja ele físico ou intelectual".

Embora tenha contribuído para avanços na área da saúde, este modelo é limitado, pois tende a responsabilizar exclusivamente o sujeito pela sua condição, deixando de lado os fatores sociais e estruturais que dificultam sua inclusão. O modelo médico, também conhecido como biomédico ou individual da deficiência, compreende a deficiência como um desvio da norma, ou seja, para essa perspectiva, existe um protótipo corporal, sensorial e/ou intelectual desejável e as pessoas que não correspondem a esse padrão são consideradas inadequadas, incompletas e, portanto, precisam ser reabilitadas.

Modelo social de deficiência

O modelo social de deficiência surgiu como uma crítica ao modelo médico tradicional, que entendia a deficiência exclusivamente como um problema individual, decorrente de uma anomalia física ou mental que deveria ser tratada ou corrigida. Diferente dessa perspectiva, o modelo social propõe que a deficiência não é algo que pertence apenas à pessoa, mas resulta principalmente da interação entre as características individuais e as barreiras sociais, culturais e arquitetônicas que restringem sua participação.

Essa visão passou a ganhar força no final do século XX, impulsionada pelos movimentos de pessoas com deficiência, que começaram a questionar o enquadramento médico e assistencialista e a reivindicar direitos civis e políticas de inclusão. O modelo social surgiu como contraponto ao modelo médico, propondo uma nova forma de compreender a deficiência. Nele, portanto, o foco se desloca do corpo da pessoa para as barreiras e atitudes que produzem a exclusão. Ele destaca que a exclusão não é resultado das limitações da pessoa, mas sim das barreiras impostas pela sociedade. Como aponta a Organização Mundial da Saúde, a deficiência resulta da interação entre pessoas com limitações e barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena participação na sociedade. Segundo o documento:



A incapacidade não é um atributo de um indivíduo, mas sim um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social

(OMS, 2004, p. 22)

Esse modelo orienta políticas inclusivas, enfatizando a necessidade de eliminar barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, além de promover acessibilidade e igualdade de oportunidades.

Modelo biopsicossocial de deficiência

O modelo biopsicossocial, adotado pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF/OMS, 2001), combina elementos médicos, psicológicos e sociais. Mais recentemente, o modelo biopsicossocial consolidou-se como perspectiva integradora. Proposto pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF/OMS, 2001), ele compreende a deficiência como resultado da interação entre:

- **Aspectos biológicos:** condições físicas e funcionais;
- **Aspectos psicológicos:** experiências subjetivas e comportamentais;
- **Aspectos sociais e ambientais:** acessibilidade, barreiras, políticas públicas e cultura.

Esse modelo fundamenta políticas inclusivas contemporâneas, pois reconhece que a deficiência é multidimensional e exige tantos recursos de saúde quanto ações pedagógicas, sociais e culturais. Trata-se, portanto, de uma perspectiva mais ampla, que busca equilibrar o cuidado clínico com a eliminação das barreiras sociais (Diniz; 2007).



Descrição da imagem: duas crianças sentadas em um banco. Uma delas, uma menina de cabelos compridos e roupa amarela, está usando as mãos para se comunicar com o menino ao lado, que usa óculos, camiseta amarela e shorts escuros. Ele está sorrindo e devolvendo o gesto com as mãos, parecendo estar praticando ou respondendo em língua de sinais.

Capacitismo e Preconceito: crenças limitantes

O QUE É CAPACITISMO?

Segundo Lamas (2021), capacitismo é um ato preconceituoso de discriminar pessoas com base nas deficiências, julgando-as incapazes de construir relações sociais sejam pessoais ou profissionais. O termo capacitismo refere-se a crenças que produzem preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência, na ideia de que pessoas fogem de um suposto “padrão de normalidade”, ou seja, são inferiores, incapazes ou menos valiosos. De acordo com Fagundes (2002, p.31):

“

[...] as atitudes fundamentam-se em preconceitos, estereótipos que produzem a discriminação. Além dos preconceitos, referem-se aos medos e ao desconhecimento em como agir adequadamente diante da pessoa com deficiência.

Trata-se de uma forma de preconceito e discriminação como citado por Lima (2022, p.25): “o conceito de capacitismo, enquanto forma de opressão estrutural que atinge particularmente a população de pessoas com deficiência”. Dessa forma, devemos sempre buscar uma educação anticapacitista, ou seja, buscando sempre a inclusão dos estudantes com deficiências de maneira justa, digna e equitativa. Pensar em cada estudante como ser único, reconhecer suas potencialidades e analisar e buscar caminhos para suas dificuldades, bem como avaliá-los de acordo com seu próprio processo de aprendizagem e ensino, são requisitos básicos para uma educação inclusiva.

BARREIRAS ATITUDINAIS, MITOS, PRECONCEITOS E ESTIGMAS: O QUE SÃO?

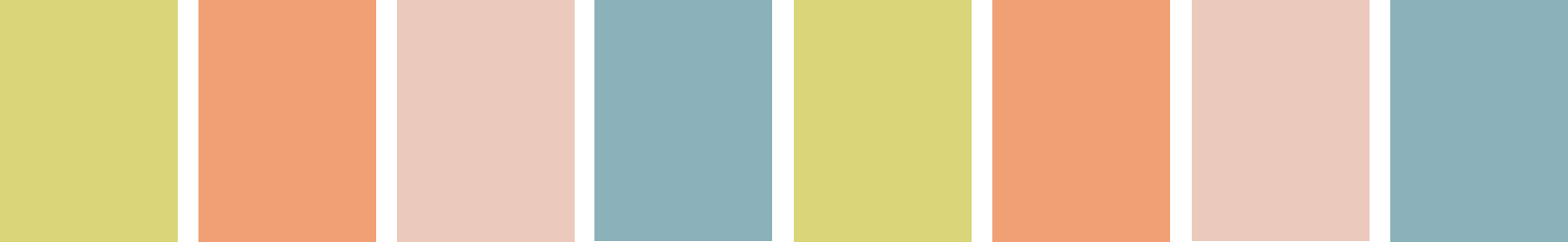
De acordo com Amaral (1998), barreiras atitudinais, mitos, preconceitos e estigmas estão interligados e dificultam a inclusão escolar de pessoas com deficiência. A autora apresenta a metáfora de um castelo protegido por um fosso e uma ponte que, para ser atravessada, exige enfrentar diferentes obstáculos. Nesse contexto, surgem os crocodilos, que simbolizam as atitudes discriminatórias, e os avestruzes, que representam a tendência de ignorar ou evitar a realidade da deficiência. Essas imagens destacam como o preconceito pode tanto se manifestar de forma explícita e agressiva quanto pela negação silenciosa da diversidade. Superar essas barreiras exige conscientização, reflexão crítica e mudanças pedagógicas e sociais, garantindo a participação de todos em igualdade de condições.



PARA SABER MAIS...

Clique aqui para ter acesso à **metáfora dos crocodilos e avestruzes**.





A partir da perspectiva da autora, podemos compreender que os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência vão muito além das limitações individuais e estão relacionados às atitudes e percepções da sociedade. Usando a metáfora dos crocodilos, Amaral ilustra os obstáculos invisíveis, mas persistentes, que surgem nas relações sociais:



O fato de enfiar a cabeça na areia não nos liberta da armadilha relacional (continuamos sofrendo a ansiedade na relação interpessoal), nem facilita a vida do significativamente diferente.

(Amaral, 1998, p. 62)

A metáfora dos crocodilos mostra que ignorar os problemas ou fingir que não existem não resolve as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência. Pelo contrário, essa postura reforça barreiras e mantém a exclusão social. Vejamos como a autora descreve, de forma mais detalhada, os principais elementos que constituem essas barreiras: barreiras atitudinais, mitos, preconceitos e estigmas.

Barreiras Atitudinais

Segundo Amaral (1998), as barreiras atitudinais correspondem às atitudes e comportamentos que dificultam a inclusão:



O fato de enfiar a cabeça na areia não nos liberta da armadilha relacional (continuamos sofrendo a ansiedade na relação interpessoal), nem facilita a vida do significativamente diferente.

(Amaral, 1998, p. 62)

Essas barreiras consistem em preconceitos, estereótipos e estigmas que, quando internalizados, limitam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade e na escola.

No contexto escolar podemos encontrar diversos tipos de barreiras que podem prejudicar a escolarização de estudantes com deficiência. Vejamos:

- 1)** Barreiras arquitetônicas que vem da parte física da escola como escadas sem rampa, portas estreitas, mobiliário adequado.
- 2)** Barreiras pedagógicas que relacionam com o planejamento dos métodos de ensino ineficazes, ou que faltam recursos de acessibilidade de acesso ao currículo.
- 3)** Barreiras tecnológicas que vem da falta de tecnologias assistivas ou da falta de conhecimento de manuseio.
- 4)** Barreiras atitudinais que são os preconceitos, estigmas e comportamentos que limitam a autonomia e condiciona a capacidade do indivíduo à sua deficiência.

Mitos

Amaral (1998) identifica mitos que alimentam preconceitos e reforçam barreiras atitudinais:



O mito do contágio, da generalização indevida e da correlação linear alimenta preconceitos e dificulta a convivência com pessoas com diferenças físicas.

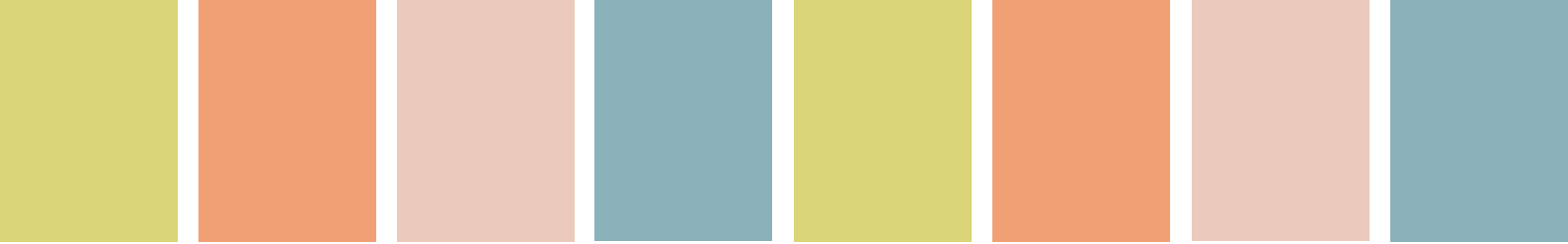
(Amaral, 1998, p. 59)

O mito do contágio refere-se à crença infundada de que a deficiência poderia ser transmitida, como se fosse uma doença contagiosa. Essa visão provoca medo e afastamento, criando barreiras de aproximação social.

O mito da generalização indevida baseia-se na ideia de que todas as pessoas com deficiência compartilham as mesmas limitações e características. Essa perspectiva ignora a singularidade de cada indivíduo, reduzindo a identidade da pessoa apenas à sua condição física ou funcional.

Já o mito da correlação linear parte da suposição de que uma limitação em determinada área como a física implica, automaticamente, comprometimentos em outras dimensões, como a cognitiva ou afetiva. Tal equívoco impede o reconhecimento da diversidade de potencialidades presentes entre as pessoas com deficiência.

Dessa forma, ao perpetuarem concepções distorcidas sobre a deficiência, esses mitos não apenas reforçam preconceitos, mas também dificultam a efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas, contribuindo para a manutenção de barreiras sociais e atitudinais.



Preconceitos

Os preconceitos são julgamentos formados sem conhecimento adequado, que influenciam atitudes discriminatórias. Amaral (1998) destaca:



A presença de preconceitos e a decorrente discriminação... estão muito perto da resposta.

(Amaral, 1998, p. 60)

No ambiente escolar, o preconceito pode se manifestar na exclusão de estudantes com deficiência, na baixa expectativa sobre seu desempenho ou na negação de oportunidades de participação.

Estigmas

O estigma refere-se à desvalorização social de um indivíduo ou grupo, resultando em marginalização. Bernardes (2024) afirma que os estigmas são fenômenos violentos à pessoa com deficiência e Amaral (1998) aponta:



As crianças com diferenças físicas são muitas vezes vistas como marcadas, diferentes, o que gera isolamento e desvalorização no contexto escolar.

(Amaral, 1998, p. 61)

O estigma reforça as barreiras atitudinais, criando obstáculos adicionais à participação plena e à aprendizagem.

Em síntese...

Tema	O que diz a autora:	O que significa:
Barreiras Atitudinais	“O fato de enfiar a cabeça na areia não nos liberta da armadilha relacional (continuamos sofrendo a ansiedade na relação interpessoal), nem facilita a vida do significativamente diferente.” (Amaral, 1998, p. 62).	Segundo Amaral (1998), as barreiras atitudinais correspondem às atitudes e comportamentos que dificultam a inclusão: Essas barreiras consistem em preconceitos, estereótipos e estigmas que, quando internalizados, limitam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade e na escola.
Mitos	“O mito do contágio, da generalização indevida e da correlação linear alimenta preconceitos e dificulta a convivência com pessoas com diferenças físicas.” (Amaral, 1998, p. 59).	Amaral (1998) identifica mitos que alimentam preconceitos e reforçam barreiras atitudinais: Esses mitos criam percepções equivocadas sobre capacidades e limitações, dificultando a construção de relações inclusivas e respeitadas.

Tema	O que diz a autora:	O que significa:
Preconceitos	“A presença de preconceitos e a decorrente discriminação... estão muito perto da resposta.” (Amaral, 1998, p. 60)	Os preconceitos são julgamentos formados sem conhecimento adequado, que influenciam atitudes discriminatórias. Amaral (1998) destaca: No ambiente escolar, o preconceito pode se manifestar na exclusão de estudantes com deficiência, na baixa expectativa sobre seu desempenho ou na negação de oportunidades de participação.
Estigmas	“As crianças com diferenças físicas são muitas vezes vistas como marcadas, diferentes, o que gera isolamento e desvalorização no contexto escolar.” (Amaral, 1998, p. 61).	O estigma refere-se à desvalorização social de um indivíduo ou grupo, resultando em marginalização. Amaral (1998) aponta: O estigma reforça as barreiras atitudinais, criando obstáculos adicionais à participação plena e à aprendizagem.

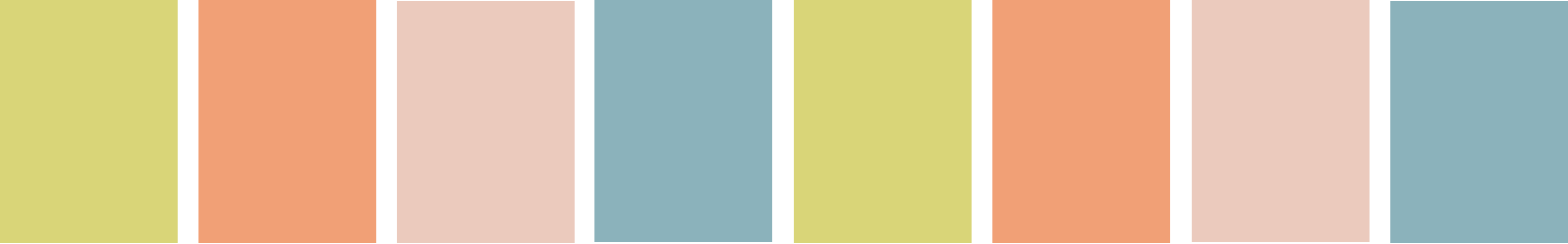
FAMÍLIA E ESCOLA: ESTREITANDO LAÇOS

A parceria entre família e escola pode se concretizar por meio de diferentes ações que aproximam esses dois contextos fundamentais na vida do estudante. A comunicação constante e transparente, seja por reuniões, agendas escolares ou recursos digitais, fortalece o acompanhamento da trajetória escolar. Além disso, a participação ativa da família em conselhos, encontros pedagógicos e projetos coletivos amplia o sentimento de pertencimento e colaboração. Também é essencial promover momentos de formação e sensibilização conjunta, que permitam a reflexão sobre preconceitos, mitos e estigmas que ainda cercam a deficiência. Quando escola e família assumem a corresponsabilidade no processo educativo, apoiando conquistas, enfrentando desafios e estimulando a autonomia, estabelecem uma rede sólida de apoio.

Como destacam Silva e Mendes (2012), a construção de uma parceria colaborativa depende da valorização do conhecimento da família e do trabalho conjunto com os profissionais da escola, em um processo de cooperação contínua que beneficia o desenvolvimento da criança. Assim, a parceria deixa de ser pontual e se transforma em um processo contínuo de cooperação, que favorece não apenas a aprendizagem, mas também a inclusão e o desenvolvimento integral do estudante com deficiência.



Descrição da imagem: ilustração colorida de quatro pessoas sorrindo. À esquerda, um homem de camiseta vermelha e calça azul ajoelhado, usando um apito no pescoço, parece ser um treinador. Ao lado dele, uma menina negra de cabelo preso está sentada em uma cadeira de rodas segurando uma bola de basquete. À direita dela, uma menina branca de cabelos castanhos longos, também sorrindo, está de mãos dadas com ela. À direita, uma mulher ruiva de cabelos presos, vestindo casaco amarelo e calça azul, está de pé sorrindo e segurando um apito. Todos transmitem sensação de alegria e inclusão.



BARREIRAS ATITUDINAIS NA EDUCAÇÃO

A Lei Federal nº 13.146/2015 define Barreiras Atitudinais como “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

As barreiras atitudinais representam um grande desafio para a concretização da Educação Inclusiva, elas envolvem percepções, crenças e expectativas que podem limitar a participação de estudantes com deficiência na vida escolar, porém é importante ressaltar que elas não vêm apenas de processos individuais, mas de uma vivência histórica marcada por falta de formação adequada, condições de trabalho precárias, e uma rede de apoio eficiente. Muitos professores enfrentam desafios em sala de aula porque não recebem o suporte necessário, seja com materiais acessíveis, orientação especializada e um tempo adequado para realizar planejamentos assertivos.

Sendo assim, para superar essas barreiras atitudinais é necessário que haja ações coletivas que envolvam políticas públicas eficazes, formação continuada, diálogo com a comunidade escolar.

Ensino Colaborativo na Escola: Estratégias para a Inclusão de Estudantes com Deficiência

O ensino colaborativo transforma a escola em um espaço inclusivo, valorizando:

- Cooperação entre professores;
- Participação das famílias;
- Adaptação das estratégias pedagógicas às necessidades de cada estudante.

De acordo com Carmo (2024), o ensino colaborativo tem como foco o trabalho em conjunto para alcançar objetivos comuns, construídos coletivamente por meio de discussões sobre conteúdos a serem inseridos no currículo, adaptações necessárias e formas de avaliação, prezando por relações horizontais, liderança compartilhada, corresponsabilidade e confiança mútua.

Ele pode ser implementado de maneira efetiva mesmo em escolas sem equipes multidisciplinares complexas. A essência da prática está na cooperação entre os professores, na valorização da participação das famílias e na adaptação das estratégias pedagógicas às necessidades dos estudantes.

Uma forma prática de colocá-lo em ação é o planejamento conjunto. Professores da mesma turma ou série podem se reunir para discutir atividades, compartilhar experiências e propor adaptações que facilitem o aprendizado de todos. Por exemplo, atividades podem ser estruturadas com materiais concretos, recursos visuais ou sequências passo a passo, permitindo que estudantes com deficiência participem plenamente da aula.

Outra estratégia é o trabalho em duplas ou grupos heterogêneos, em que cada estudante tem oportunidade de contribuir com suas habilidades. Essa dinâmica favorece a interação social, a autonomia e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, além de reforçar o respeito à diversidade dentro da sala de aula.

Por fim, envolver as famílias é um caminho estratégico para o sucesso do ensino colaborativo. Conversas regulares sobre o desempenho, interesses e dificuldades dos estudantes permitem que a escola alinhe suas ações com a realidade de cada criança, fortalecendo o vínculo entre casa e escola e potencializando o aprendizado.

Assim, o ensino colaborativo se apresenta como uma prática viável e transformadora, capaz de tornar a escola um espaço mais inclusivo, acolhedor e preparado para atender às diferenças, promovendo o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Exemplos de Atividades Colaborativas para a Inclusão de Estudantes com Deficiência

Sugestões da pesquisadora

1

Oficina de Criação em Grupo

Como funciona: Divida a turma em pequenos grupos heterogêneos e proponha uma atividade de criação, como montar um cartaz, elaborar uma história em quadrinhos ou construir um objeto com materiais diversos.

Objetivo: Estimular a cooperação, a comunicação e o reconhecimento das habilidades de cada estudante. Alunos com deficiência podem participar utilizando recursos adaptados (figuras, letras ampliadas, materiais táteis) que permitam sua expressão.

2

Jogos Cooperativos com Adaptações

Como funciona: Organize jogos que exijam trabalho em equipe, como caça ao tesouro, jogo de memória em duplas ou desafios de raciocínio lógico. Adapte regras ou materiais para incluir todos os estudantes.

Objetivo: Desenvolver habilidades sociais, atenção, memória e percepção, promovendo a participação de todos sem expor dificuldades.



Leitura Compartilhada e Recontagem de Histórias

Como funciona: Durante a leitura de um texto ou história, cada estudante participa de uma parte: leitura em voz alta, interpretação de personagens, ilustração ou recontagem oral. Estudantes com dificuldade de fala podem usar recursos de comunicação alternativa, como cartões de imagens ou *tablets*.

Objetivo: Incentivar a inclusão, a compreensão de texto e a interação entre os colegas, valorizando diferentes formas de expressão.



Projetos de Sala de Aula

Como funciona: Desenvolva projetos temáticos em que todos os estudantes contribuem, como uma horta, uma exposição de arte ou um jornal da turma. Divida tarefas conforme habilidades e interesses de cada aluno.

Objetivo: Promover responsabilidade compartilhada, autoestima e reconhecimento das capacidades individuais dentro de um objetivo coletivo.



Círculos de Conversa e Solução de Problemas

Como funciona: Organize momentos em que os alunos discutam situações cotidianas, proponham soluções para conflitos ou sugiram melhorias para a rotina da turma. Incentive todos a participarem, usando diferentes formas de comunicação, como desenho, fala ou gestos.

Objetivo: Desenvolver habilidades sociais, empatia e participação ativa, fortalecendo o senso de pertencimento e inclusão.

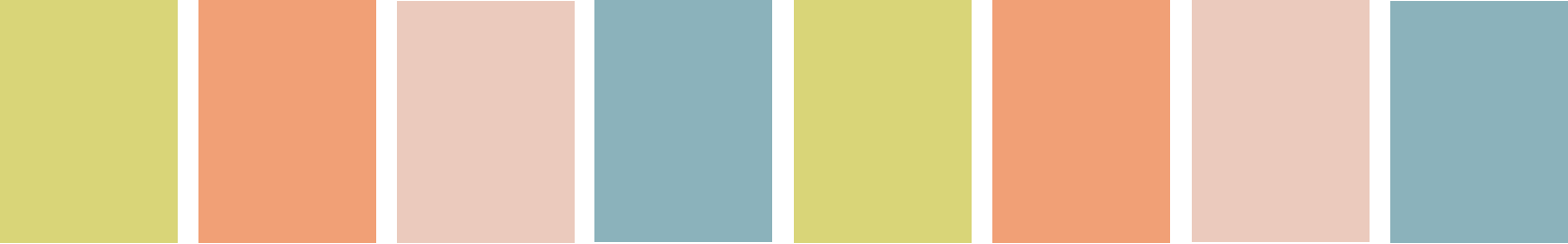
Impactos na Educação

A presença de barreiras no contexto escolar, sejam elas de origem física, pedagógica ou até mesmo atitudinal, podem gerar muitos impactos na aprendizagem de estudantes com deficiência. Se elas não forem identificadas e enfrentadas, elas limitarão o estudante ao acesso de um currículo acessível às suas especificidades, e também na sua participação, motivação e desenvolvimento.

A ausência de práticas inclusivas podem gerar no estudante, insegurança, baixa autoestima, isolamento. Isso são fatores que comprometem o engajamento e a disposição para aprender. Ainda mais se houver carência de recursos de acessibilidade e apoio especializado que garanta o acompanhamento em igualdade de condições com os demais colegas.



Descrição da imagem: ilustração de um grupo de seis pessoas em pé, celebrando juntas. Todas estão levantando uma das mãos, tocando uma lâmpada amarela grande, simbolizando uma ideia ou criatividade em conjunto. As pessoas usam roupas casuais e parecem estar alegres e colaborando, representando trabalho em equipe ou desenvolvimento de ideias criativas. Ao fundo, a lâmpada acesa reforça o tema de inovação ou solução coletiva.



Estratégias para superar barreiras atitudinais

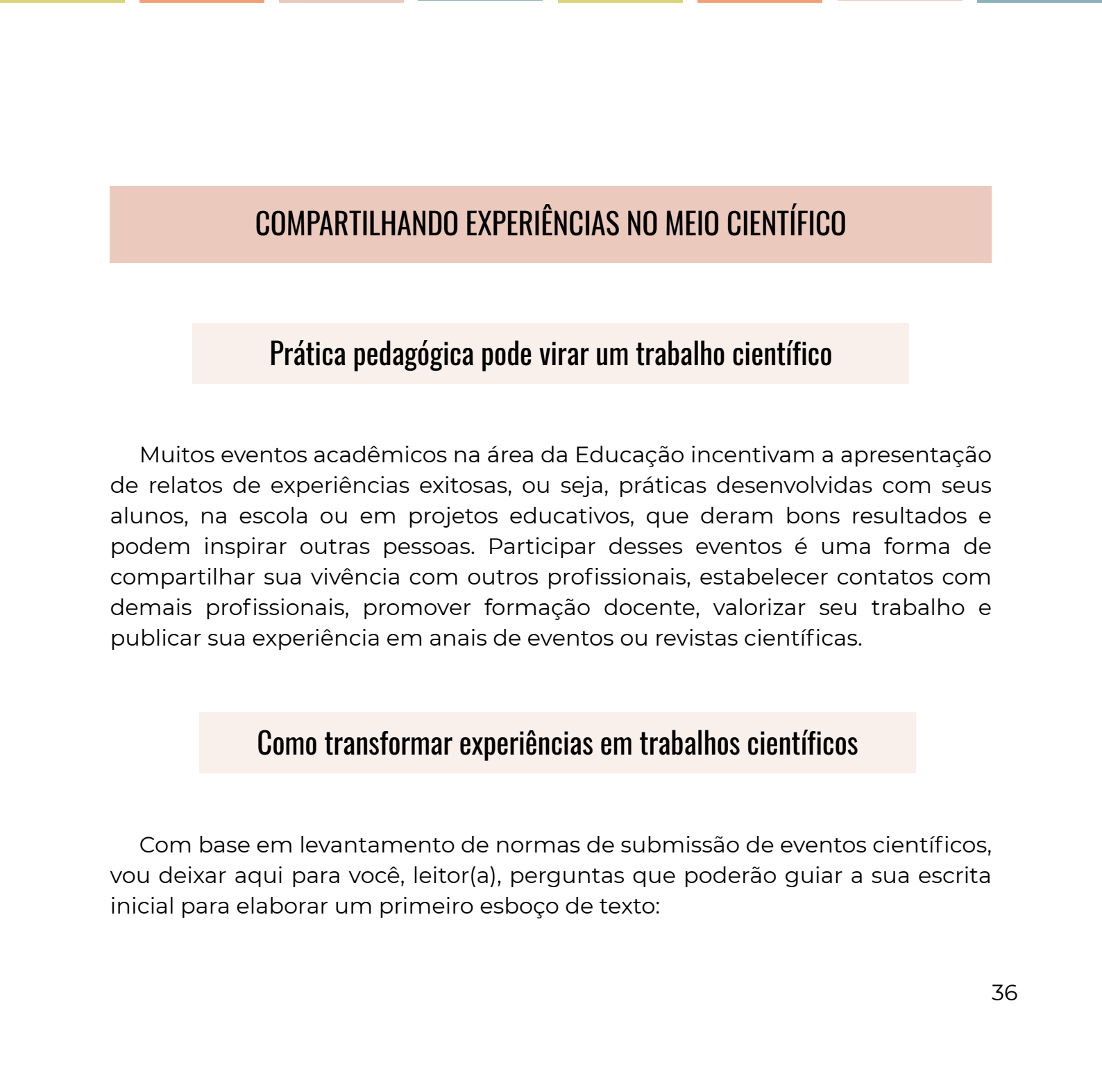
Algumas ações ajudam a transformar ambientes em locais acolhedores e livres de preconceito. Vejamos exemplos extraídos das falas dos participantes da pesquisa (aqui nomeados pela letra P para garantir o sigilo) que podem ser eficazes no processo:

- 1)** A colaboração entre professores através do planejamento conjunto conforme mencionado na sessão do ensino colaborativo. *“Em momentos de planejamento, seria importante ter informações da escola em si, não só individualmente”* (P7).
- 2)** Conversas e rodas de diálogo: podem ser usados os momentos de planejamento mensal, tirar um momento para essa troca pode trazer grandes benefícios à inclusão.
- 3)** Planejamento coletivo: a troca de experiências supera as falhas e busca acertos: cada um traz uma bagagem de práticas e desafios já superados em sala de aula *“A partir da experiência do colega”* (P9) , *“você não precisaria passar por aquilo pra aprender, você aprende com o que o outro já passou”* (P4).



4

Docência e Produção de Conhecimento: compartilhando experiências



COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS NO MEIO CIENTÍFICO

Prática pedagógica pode virar um trabalho científico

Muitos eventos acadêmicos na área da Educação incentivam a apresentação de relatos de experiências exitosas, ou seja, práticas desenvolvidas com seus alunos, na escola ou em projetos educativos, que deram bons resultados e podem inspirar outras pessoas. Participar desses eventos é uma forma de compartilhar sua vivência com outros profissionais, estabelecer contatos com demais profissionais, promover formação docente, valorizar seu trabalho e publicar sua experiência em anais de eventos ou revistas científicas.

Como transformar experiências em trabalhos científicos

Com base em levantamento de normas de submissão de eventos científicos, vou deixar aqui para você, leitor(a), perguntas que poderão guiar a sua escrita inicial para elaborar um primeiro esboço de texto:

- 1)** O que foi feito? (Descreva a atividade, projeto ou prática)
- 2)** Quem participou? (Aluna(os)? Professoras(es)? Comunidade escolar?)
- 3)** Quando aconteceu? (Ano, semestre, duração)
- 4)** Como foi feita a atividade? (Metodologia, recursos usados, etapas)
- 5)** Por que foi feita? (Objetivos)
- 6)** Quais foram os resultados? (Impactos observados, aprendizados, desafios)
- 7)** Quais os limites da experiência e sugestões de outros estudos?

Esse roteiro ajuda a organizar suas ideias e depois você pode adaptá-lo ao modelo (*template*) solicitado por eventos.

Formatos comuns de apresentação em eventos científicos

Cada evento pode ter seus próprios formatos. Vejamos alguns exemplos comuns:

- **Comunicação oral:** apresentação falada com slides.
- **Pôster:** apresentação visual impressa ou digital.
- **Minicurso:** aula prática ou teórica de curta duração.

- **Roda de conversa:** espaço de diálogo horizontal.
- **Painel temático:** apresentações curtas seguidas de debate.

Exemplo: o Educere 2023, da PUC Paraná, aceitou trabalhos nos formatos de painel, roda de conversa e minicurso.



PARA SABER MAIS...

Explore o *site* o **Educere 2023** clicando aqui.



Lista de alguns eventos importantes que aceitam relatos de experiências pedagógicas

Clique nos sites para ser direcionado(a) à página desejada.



Nome do evento	Instituição organizadora	Periodicidade	Local	Site da última edição
Congresso Brasileiro de Educação	PUCPR	Bienal	Curitiba-PR	Educere.pucpr.br
Congresso Brasileiro de Educação Especial	UFSCar	Bienal	São Carlos – SP	Cbbe.galoa.com.br
Simpósio Nacional de Educação	Unioeste	Bienal	Cascavel-PR	Unioeste.br/sgev
ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática	ANDIPE	Bienal	João Pessoa-PB	Endipe2024.com.br
Semana da Educação da UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Anual	Campo Grande – MS	https://semana-faed.ufms.br/

Continuação...

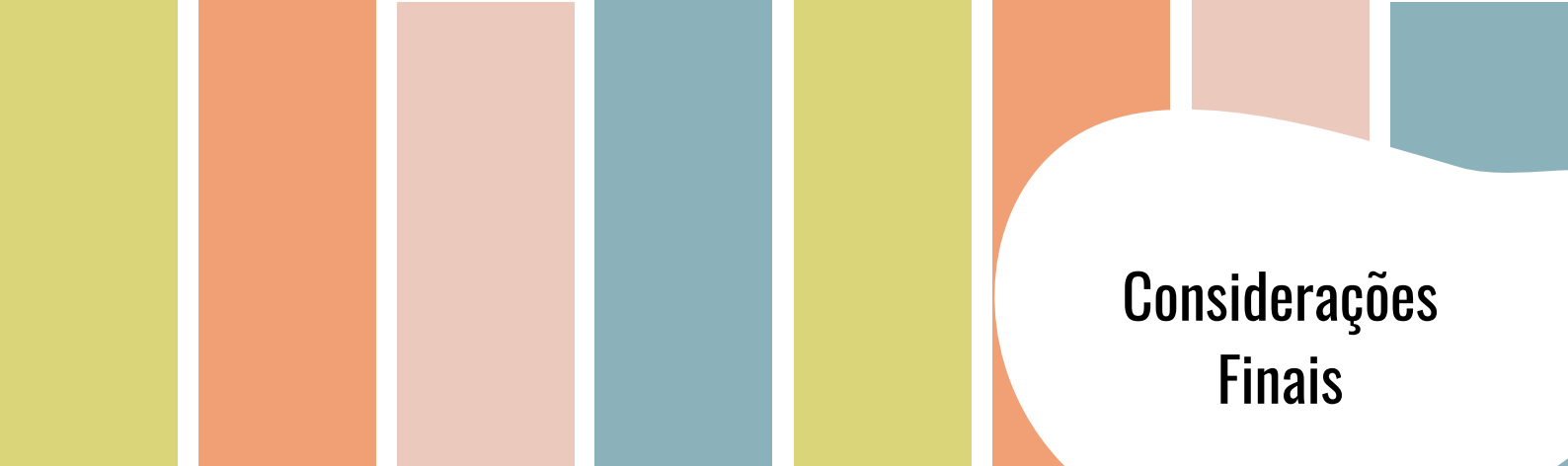
Nome do evento	Instituição organizadora	Periodicidade	Local	Site da última edição
Seminário de Educação para as Relações Étnico-Raciais	Instituto Federal de Goiás	Anual	Goiânia – Go	https://www.ifg.edu.br/servidor/17-ifg/ultimas-noticias/36118-seminario-etnico
XI Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão (ENEPEX)	Universidade Federal da Grande Dourados	Anual	Dourados – MS	https://www.even3.com.br/sbpc-enepeex-ufgd-2025/
XI Congresso Nacional de Educação	Diversas Instituições	Anual	Olinda – PE	https://www.conedu.com.br/
Semana da Educação	Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR	Anual	Ponta Grossa PR	https://www3.uepg.br/pedagogia/semanadaeducacao/
Semana da Educação	Universidade Estadual de Londrina – PR	Anual	Londrina – PR	https://eventos.galoa.com.br/sedu-2024/page/4618-home

Continuação...

Nome do evento	Instituição organizadora	Periodicidade e	Local	Site da última edição
V Seminário Nacional de Educação e XXVIII Semana Acadêmica do Curso de Pedagogia	Unioeste	Anual	Francisco Beltrão - PR	https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/XXVIIISemanaPedagogia
SISPROFEI Seminário Internacional do PROFEI	Diversas Universidades	Anual	Pontal do Paraná – PR	https://profei.unespar.edu.br/menu-2024/seminario-2025



Descrição da imagem: ilustração de uma mulher sorrindo, com cabelos pretos e de roupa azul, apontando para gráficos de crescimento. Ao fundo, há um gráfico de barras com uma seta apontando para cima, indicando aumento ou progresso, além de um ícone de globo terrestre e outro gráfico com uma linha ascendente. As cores predominantes são azul, branco e preto, transmitindo uma ideia de análise ou apresentação de dados positivos.



Considerações Finais

A educação inclusiva é um caminho contínuo, desafiador e, ao mesmo tempo, transformador. Este *e-book* reuniu conceitos sobre deficiência, legislação, práticas pedagógicas inclusivas, reflexões sobre capacitismo e sugestões de investigação científica, oferecendo aos professores e gestores conhecimento e materiais para a atuação do profissional com estudantes com deficiência.

Compreender as diferentes necessidades, reconhecer barreiras atitudinais e sociais e refletir sobre o capacitismo permite que cada educador amplie suas práticas, promovendo a participação efetiva de todos e respeitando de professores, famílias e alunos, mostra-se essencial para construir ambientes educacionais acolhedores, equitativos e significativos.

Esperamos que este material contribua para a educação anticapacitista, capaz de transformar aprendizagens em experiências enriquecedoras para todos.

Agradecemos aos participantes da pesquisa nos levantamentos pontuais, cujas experiências e contribuições foram fundamentais para a elaboração deste *e-book*. Também agradecemos a você, leitor(a), por dedicar seu tempo à reflexão e à aprendizagem sobre este tema tão importante. É por meio da participação, da dedicação e do interesse de cada um que a educação inclusiva se fortalece e transforma vidas, mostrando que a inclusão é, acima de tudo, uma prática possível, necessária e humana.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 55-74.

BERNARDES, L. C. G. **O impacto do capacitismo**: a discriminação contra pessoas com deficiência que amplia desigualdades. Brasília, DF: Ipea, dezembro de 2024. 44 p. (Texto para Discussão, n. 3066). disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3066-port>. Acesso em: 13 de setembro de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 28 de junho de 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 07 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2025.

BATTISTEL, A. L. H. T. Educação inclusiva e o aluno com deficiência física. In: PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. de O. (org.). **Intervenções pedagógicas no AEE**: Potencializando o ensino, a aprendizagem e a inclusão. Santa Maria, RS: FACOS–UFSM, 2023. p. 221–268. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2023/11/Livro-Intervencoes-Pedagogicas.pdf> Acesso em: 10 de setembro de 2025.

CARMO, L. L. do. **Ensino colaborativo e formação de professores**: contribuições para a educação infantil. Ponta Grossa – PR, 2024. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/972466/2/Lizarda%20Luciano%20do%20Carmo%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. Disponível em: <https://cameta.ifpa.edu.br/documentos-do-campus/2017/35-o-que-e-deficiencia-debora-diniz/file>. Acesso em 29 de junho de 2025.

FARIAS, N. BUCHALLA, C.M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 4, p. 187-193, São Paulo 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/grJnXGSLJSrbRhm7ykGcCYQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2025.

FORESTI, T.; BOUSFIELD, A. B. A compreensão da deficiência a partir da teoria dos modelos médico e social. **Revista Psicologia Política**, v. 22, n. 2, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/21872>. Acesso em: 13 set. 2025.

MENDES, A. M; SILVA, E.G. **Família de crianças com Deficiência e Profissionais:** Componentes da Parceria Colaborativa na Escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 55-72, agosto 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XCsMXPGwSndbZYprkdjRfmn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de setembro de 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

NOGUEIRA, F.S.S; SILVA, G. C; NASCIMENTO, D. L. **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:** Reflexões entre o Esperado e o Possível a Partir de Práticas Pedagógicas Inclusivas. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/265039/49621> acesso em 07 de setembro de 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde** – CIF. Trad. por LEITÃO, A. Lisboa 2004.

NOTA EDITORIAL: este guia foi desenvolvido na ferramenta digital *Canva*, sendo utilizado em sua composição elementos gráficos e imagens disponibilizadas na ferramenta. Para descrição das imagens foi utilizado o aplicativo *Be my Eyes*.